



**Relatório de Participação da Assembleia da República
na Reunião de Presidentes da COSAC
(Zagreb, 20 de janeiro de 2020)**

I. ENQUADRAMENTO

Nos termos do Regulamento da COSAC (ponto 2.3), “Realizar-se-á antes de cada reunião plenária da COSAC uma reunião preparatória dos Presidentes das Comissões dos Assuntos da União e do(s) representante(s) do Parlamento Europeu, com o acordo da Troika Presidencial da COSAC. Cada delegação é constituída por dois membros do respectivo parlamento¹.”

O Parlamento croata, por conseguinte e no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia (UE), organizou, em Zagreb, no dia 20 de janeiro de 2020 a reunião de Presidentes da COSAC². Esta reunião contou com a participação dos Parlamentos nacionais da UE, do Parlamento Europeu (PE), dos Parlamentos da Albânia, Sérvia, Montenegro, Macedónia do Norte, Turquia, Suíça, Noruega e Geórgia, conforme consta da lista de participantes.

A Delegação da Assembleia da República foi composta pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS).

A assessoria foi prestada pelo Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Bruno Dias Pinheiro.

II. DA REUNIÃO DOS PRESIDENTES DA COSAC

Do Programa da reunião, constavam os pontos que seguidamente se apresentam:

TRABALHOS DA TROIKA PRESIDENCIAL DA COSAC

SESSÃO DE ABERTURA E ADOÇÃO DA AGENDA

SESSÃO DE INFORMAÇÃO E QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

SESSÃO I - AS PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA CROATA DA UE

SESSÃO II - A UNIÃO EUROPEIA, OS PARLAMENTOS NACIONAIS E A COSAC NO NOVO CICLO INSTITUCIONAL

¹ A prática, na AR, tem sido a de a delegação ser composta apenas pelo Presidente da Comissão.

² Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia



CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

TRABALHOS DA TROIKA PRESIDENCIAL DA COSAC

No dia 19 de janeiro, realizou-se a reunião da troika presidencial da COSAC, composta atualmente por Finlândia, Croácia, Alemanha e Parlamento Europeu (PE), para aprovação do projeto de agenda e discussão de temas relacionados com o planeamento dos trabalhos preparatório da reunião plenária da COSAC, em maio.

Recorde-se que, nos termos do Regulamento da COSAC, cabe ao Parlamento da Presidência dirigir e coordenar os trabalhos, missão que é assegurada em articulação com a troika presidencial da COSAC que, nos termos do Regulamento, é composta pelas delegações dos **Parlamentos nacionais da Presidência, da Presidência anterior, da Presidência seguinte e do Parlamento Europeu (atualmente Finlândia, Croácia e Alemanha)**.

É importante notar que este conceito de *troika* difere do conceito de *trio* de Presidências, porquanto a troika é rotativa (Portugal entrará na troika no dia 1 de julho 2020) e o trio é um elenco fixo (Alemanha-Portugal-Eslovénia).

SESSÃO DE ABERTURA E ADOÇÃO DA AGENDA

Esta sessão começou com a apresentação de um vídeo inspirador sobre a Croácia e o seu compromisso europeu, o que deu o mote para uma reunião dinâmica, participada e construtiva.

O primeiro orador foi Gordan Jandroković (PPE), Presidente do Parlamento croata, que recordou que a Croácia é o mais recente Estado-membro da União Europeia, tendo aderido em 2013, e que mantém um elevado nível de compromisso e envolvimento no projeto europeu. Finalizou a sua intervenção, manifestando a sua expectativa de uma forte participação dos Parlamentos nacionais na Conferência sobre o futuro da Europa.

Seguiu-se uma breve introdução de Domagoj Ivan Milošević (PPE), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento croata, que referiu o entusiasmo sentido com a Presidência, especialmente no contexto de um novo ciclo institucional, com uma nova Comissão Europeia. Finalmente, colocou à consideração das delegações a adoção da agenda da Reunião de Presidentes da COSAC.

SESSÃO DE ABERTURA E QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

A Presidência prestou algumas informações sobre os resultados da reunião da troika presidencial, realizada na véspera, com especial incidência no Projeto de Programa da LXIII COSAC, que se realizará de 24 a 26 de maio, em Zagreb, e que inclui os seguintes temas:

- resultados da Cimeira UE-Balcãs Ocidentais, de 6 e 7 de maio de 2020;
- a transformação dos mercados de trabalho, demografia e mobilidade;
- os efeitos distributivos do orçamento da União Europeia;
- **a política marítima integrada;**
- responsabilidades e direitos digitais: equilíbrio entre privacidade e responsabilidade (com presença da Vice-Presidente Executiva Margrethe Vestager).

Quanto ao relatório bianual da COSAC, foi apresentado o sumário, organizado em três capítulos:

1. continuação da reflexão iniciada pela Presidência finlandesa relativa à mais valia do relatório bianual como ferramenta de cooperação interparlamentar. Especial ênfase será dada à análise das potencialidades de expandir o papel do Secretariado da COSAC;
2. análise do modo como os Parlamentos nacionais estabelecem as suas prioridades e cooperam com as instituições europeias, bem como identificação das boas práticas existentes para o escrutínio e acompanhamento de várias matérias relevantes para os Parlamentos (Brexit, futuro da Europa, QFP 2021-27, etc);
3. análise do modo como os Parlamentos exercem as suas competências para contribuir para o bom funcionamento da UE.

A Presidência informou que havia recebido as seguintes cartas: pedidos dos Parlamentos da Islândia, Noruega (membros do Espaço Económico Europeu), Suíça (membro da EFTA) e Geórgia (interesse na aproximação à UE, através do Partenariado Oriental) para assistirem aos trabalhos da COSAC.

Finalmente, a Presidência deu nota da intenção de proceder a uma clarificação da questão relacionada com o sistema de votação na COSAC para adoção das Conclusões e Contributo, após a controversa sessão de Helsínquia e as cartas de protesto de algumas delegações (Suécia). Por outro lado, várias delegações (Dinamarca, Países Baixos, Finlândia) têm dado nota da intenção de debater o formato dos debates na COSAC, de modo a torná-los mais interativos, mais focados e politicamente mais relevantes. A Presidência apoia esta reflexão e poderá introduzir alterações no programa da reunião plenária de maio, mas lançou um apelo a todas as delegações para apresentarem as suas ideias.

De todo o modo, ambas as questões assumem particular relevo para a AR, que terá a Presidência da COSAC daqui a um ano (primeiro semestre de 2021).

Seguiu-se um período de debate, com uma intervenção de despedida de Lord Kinnoul, da Câmara dos Lordes, que manifestou a expectativa de que o Parlamento britânico possa continuar a participar nos trabalhos da COSAC, enquanto observador.

Várias delegações (PE, CZ, RO, FI) manifestaram o seu apoio à reflexão sobre a dinâmica dos trabalhos, tendo a Presidência confirmado a sua intenção de guardar um período de tempo na agenda para um debate de atualidade/urgência a ser determinado mediante as sugestões e solicitações das delegações.



SESSÃO I - AS PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA CROATA DA UE (10.00 – 11.00)

Teve como orador [Andrej Plenković](#), 1.º Ministro da Croácia (PPE), que proferiu discurso em que apresentou o programa da Presidência da Croácia do Conselho da União Europeia, que teve início a 1 de janeiro de 2020 e terminará a 30 de junho de 2020.

Sob o lema “Uma Europa forte num mundo de desafios”, deu nota de que a Presidência procurará responder às seguintes prioridades:

- ***uma Europa que desenvolve*** – que comporta o desenvolvimento e aprofundamento do mercado único, a agenda digital, o investimento na investigação e inovação, maior acessibilidade e qualidade da aprendizagem ao longo da vida, bem como novas características e qualidades adaptadas ao mercado de trabalho, garantindo a maior competitividade da União Europeia. A Presidência procura ainda nesta dimensão apoiar um desenvolvimento equilibrado, sustentável e inclusivo, que tenha em consideração as especificidades e necessidades de todos os Estados-Membros, das suas regiões e dos seus cidadãos.
- ***uma Europa que liga*** – o progresso da União Europeia depende de uma economia em rede, fazendo uso do seu potencial infraestrutural e humano. O desenvolvimento estende-se também à área dos transportes, energia e digital, por forma a permitir coesão social, económica e territorial através de políticas que aproximem os cidadãos e que se relacionem com educação, cultura e desporto.
- ***uma Europa que protege*** – a Presidência tem como objetivo não só fortalecer a segurança interna, controlando de forma efetiva as fronteiras externas e assegurando total interoperacionalidade dos sistemas, aumentando também a resiliência face a ameaças híbridas e cibernéticas, como também controlar de forma sustentável as migrações e a política de asilo.
- ***uma Europa influente*** - Um maior desenvolvimento das capacidades e instrumentos para uma ação comum é a única forma de reforçar o papel de liderança da União à escala global. A sua credibilidade nas relações internacionais é também redirecionada na sua abordagem à vizinhança, especialmente de Leste para Sul, incluindo a Europa do Sudeste (Balcãs Ocidentais), bem como relativamente à política de alargamento que se quer credível e ativa.

Das prioridades da Presidência destaca-se também o empenho em alcançar um acordo ambicioso, equilibrado e sustentável sobre o novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), a fim de contribuir para o lançamento das bases para o financiamento das prioridades da UE para o período 2021-2027. Sobre esta matéria, deu nota do trabalho liderado pelo Presidente do Conselho Europeu bilateralmente junto dos *sherpas* dos 27 Estados-Membros responsáveis por esta negociação, sendo de prever a convocação de um Conselho Europeu Extraordinário para o dia 20 de fevereiro.

Além disso, a Presidência concentrará ainda esforços nos seguintes temas:

- Definição do âmbito e estrutura da Conferência sobre o futuro da Europa, bem como o seu lançamento no dia 9 de maio de 2020;



- Alargamento, com a realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo sobre os Balcãs Ocidentais, de 6 e 7 de maio;
- Início das negociações sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido..

No período de debate, foram suscitadas questões como o procedimento relativo à verificação do Estado de Direito e a possibilidade de se introduzir a votação por maioria qualificada (Hungria) ou a composição da Conferência sobre o Futuro da Europa e a solicitação de que os Parlamentos nacionais estejam representados através do mesmo número de Deputados do PE e com assento no Comité de Coordenação (Alemanha, Bundestag), bem como questões relacionadas com imigração e asilo (Áustria), alargamento, QFP 2021-27 e a negociação da relação futura com o Reino Unido.



SESSÃO II - A UNIÃO EUROPEIA, OS PARLAMENTOS NACIONAIS E A COSAC NO NOVO CICLO INSTITUCIONAL

Esta sessão teve como oradoras [Dubravka Šuica](#) (PPE), Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pela Democracia e Demografia e [Mairead McGuinness](#) (PPE), Vice-Presidente do Parlamento Europeu responsável pelas relações com os Parlamentos nacionais, e foi centrada nos preparativos da Conferência sobre o Futuro da Europa.

[Dubravka Šuica](#), que é responsável por liderar o trabalho da Comissão nesta Conferência, apresentou as principais ideias da [Comunicação sobre a Conferência](#), publicada no dia 22 de janeiro:

- **Âmbito e participação:** enquanto exercício pan-europeu, a Conferência deverá ser um debate estruturado e transparente com os cidadãos, em torno de um conjunto de prioridades e desafios, incluindo a sociedade civil, instituições europeias e outros órgãos, como o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social, bem como os Parlamentos nacionais e autoridades regionais;
- a **definição do conceito, estrutura, âmbito e horizonte temporal** da Conferência deverá ser um esforço conjunto das três instituições (PE, Comissão e Conselho), através de uma Declaração Conjunta assinada pelos Presidentes das três instituições, mas aberta à adesão de outros interlocutores, como os Parlamentos.
- a Comissão sugere **organizar os trabalhos da Conferência em torno de duas vertentes:**
 - i) *questões políticas:* discutir as ambições da UE, conforme consta das suas [orientações estratégicas](#) e da [agenda estratégica](#) do Conselho para 2019-24 - alterações climáticas, uma economia ao serviço das pessoas, justiça social e igualdade, transformação digital, promoção dos valores europeus e fortalecer a voz da Europa no mundo;
 - ii) *questões institucionais:* debater tópicos relacionados com o sistema de eleição do Presidente da Comissão Europeia e as listas transnacionais para o PE
- o ponto de partida deverá ser o formato já estabelecido de [Diálogo com os Cidadãos](#) que a Comissão e os Estados-membros realizaram ao longo dos últimos anos.
- a Conferência deverá **produzir recomendações**, incluindo a possibilidade de propor alterações legislativos ou modificações dos Tratados;
- a Comissão propõe que o **lançamento da Conferência tenha lugar no dia 9 de maio de 2020, possivelmente em Dubrovnik**, na Croácia (onde a Vice Presidente da Comissão, Dubravka Šuica, foi Presidente de Câmara). Em cada Presidência rotativa do Conselho, deverá ser organizado um evento numa localização simbólica para a Europa, fora das capitais;
- no segundo semestre de 2022, sob Presidência francesa, devem ser apresentados e discutidos as recomendações e resultados, de modo a programar as etapas seguintes.

Mairead McGuinness começou com uma palavra de cautela, questionando se esta Conferência é sobre as instituições ou sobre as pessoas? Enfatizou que deve ser orientada para as questões reais que afetam os cidadãos e não num resultado pré-determinado de alterações dos Tratados. Deu nota dos principais pontos da [resolução](#) aprovada pelo PE sobre a Conferência:



- **Âmbito:** o Plenário da Conferência deverá ser um fórum de discussões abertas e sem domínios previamente definidos;
- **Organização:** iniciará os seus trabalhos no dia da Europa (9 de maio de 2020), por dois anos.
- **Ágora dos cidadãos:** serão organizadas seis Ágoras temáticas de cidadãos, em diferentes pontos da UE e de carácter representativo (máximo de 200/300 cidadãos, mínimo de 3 por Estado-Membro);
- **Ágora da Juventude:** deverão ser organizadas duas Ágoras da Juventude, uma no início da Conferência e outra no final. O intervalo de idades será compreendido entre os 16 e os 25 anos;
- **Sessões Plenárias:** a Conferência reunirá em Plenário regularmente, nas instalações do PE. A primeira reunião deverá adotar um plano de ação e cada reunião adotará conclusões e um relatório dos grupos de trabalho;
- A Conferência será composta de parceiros iguais e haverá paridade entre o PE, o Conselho e os Parlamentos nacionais. A Plenária é composta por:
 - *135 deputados ao PE;*
 - *27 representantes dos Estados-Membros (Conselho), a nível ministerial;*
 - *2 a 4 Deputados por Parlamento nacional;*
 - *os 3 Comissários Europeus competentes;*
 - *2 a 4 representantes do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões;*
 - *2 parceiros sociais ao nível da UE.*
- **Comité de Direção (Steering Committee):** responsável pela preparação das reuniões plenárias, composto por Deputados ao PE, representantes da Presidência do Conselho, 3 Comissários;
- **Conselho Executivo de Coordenação:** composto por três representantes das instituições, responsável pela gestão corrente;
- **Secretariado:** com funcionários das três Instituições;
- **Resultado final da Conferência:** as três Instituições deverão comprometer-se a dar o devido seguimento à Conferência, incluindo propostas legislativas ou alteração dos Tratados.

No período de debate, a Presidência começou por informar que o Conselho da União Europeia ainda não adotara a sua posição sobre esta Conferência, tendo remetido aos Estados-Membros, no dia 15 de janeiro, um questionário para obter contributos sobre as várias dimensões deste exercício. O Conselho de Assuntos Gerais do dia 28 de janeiro debruçou-se sobre este tema, tendo sido sublinhada a importância de colocar os cidadãos no centro do debate e de envolver plenamente os Parlamentos nacionais. A discussão no Conselho prosseguirá, mas vários Estados-Membros manifestaram a sua preferência por uma estrutura de governação simples e eficaz desta Conferência.

Várias delegações expressaram a sua determinação no envolvimento ativo dos Parlamentos nos trabalhos desta Conferência, tendo o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da AR destacado que os esforços da COSAC nos próximos tempos se devem concentrar no debate e contributo a dar sobre o formato, alcance e objetivos desta Conferência.

A Presidência croata deu nota de que será discutido no âmbito da troika presidencial da COSAC a possibilidade de convocação de uma reunião extraordinária da COSAC antes do arranque da Conferência,



previsto para 9 de maio, tendo a Comissária Dubravka Šuica convidado os Parlamentos nacionais a enviarem as suas opiniões sobre o tema em resposta à Comunicação apresentada no dia 22 de janeiro (diálogo político).

Posteriormente à COSAC, foi elaborada uma carta dirigida aos Presidentes do PE, da Comissão e do Conselho solicitando a plena participação dos Parlamentos na Conferência, nomeadamente que a sua representação igual, em termos numéricos, à do PE. Foi co-assinada pelos Parlamentos de 24 Estados-Membros³, incluindo a Assembleia da República, e está anexa a este relatório.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A sessão de encerramento ficou a cargo do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento croata, que agradeceu a presença na reunião e a qualidade das intervenções, afirmando que a Presidência, em consulta com a troika, apresentará ideias concretas para introduzir inovações nos debates já na COSAC de maio, nomeadamente um período dedicado a um debate de urgência

Notas Finais

Além dos documentos citados e mencionados em nota de rodapé, toda a documentação referente à reunião de Presidentes da COSAC podem ser encontrados em:

<https://secure.ipex.eu/IPEXL-WEB/conference/getconference.do?type=082dbcc564afa0210164b2da9f5102f8>

Assembleia da República, 28 de janeiro de 2020

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,

(Luís Capoulas Santos)

³ Só não assinaram o Reino Unido, por motivos evidentes, a Irlanda, que tem eleições a 8 de fevereiro de 2020, a Suécia, porque normalmente não co-assina posições conjuntas por questões de princípio, e a Espanha, que não teve delegação à COSAC de Presidentes.